

Capital, relações de trabalho e opressões: reflexões sobre as experiências de trabalhadoras têxteis na ditadura chilena (1973-1990)

Capital, labor relations and oppression: reflections on the experiences of textile workers during the Chilean dictatorship (1973-1990)

Aline Fernanda Maciel

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, SP, Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6304-1868>

E-mail: aline.sabbath@gmail.com

Recepção: 14.09.2025

Aprovação: 01.11.2025



Resumo: No Chile, a crise orgânica do capitalismo produzida na década de 1970 repercutiu em forma de um violento golpe de Estado, que criou as condições para a implantação das políticas neoliberais, produzindo novas tendências no sentido de comprimir e desestabilizar as condições de vida, especialmente, da classe trabalhadora, ampliando as contradições entre relações de produção capitalista e reprodução dos meios de vida. O presente artigo trata dos impactos das transformações nas relações de trabalho e gênero no Chile durante a ditadura civil-militar a partir da análise do setor têxtil chileno, em especial, das experiências de trabalhadoras das fábricas Sumar e Yarur. As mudanças impactaram fortemente o setor têxtil e as relações de trabalho, atingindo diversamente trabalhadoras e trabalhadores têxteis. Assim, partindo de uma compreensão sistêmica e unitária das relações de opressão e exploração no capitalismo, busca-se pensar as dinâmicas do trabalho têxtil e os processos de reprodução e renovação das relações hierárquicas e opressivas.

Palavras-chave: Ditadura, neoliberalismo, mundos do trabalho, indústria têxtil, relações de gênero.

Abstract: In Chile, the organic crisis of capitalism that occurred in the 1970s resulted in a violent coup d'état, which created the conditions for the implementation of neoliberal policies, producing new trends that compressed and destabilized living conditions, especially for the working class, and amplified the contradictions between capitalist production relations and the reproduction of livelihoods. This article discusses the impacts of the transformations in labor and gender relations

in Chile during the civil-military dictatorship, based on an analysis of the Chilean textile sector, especially the experiences of workers in the Sumar and Yarur factories. The changes had a strong impact on the textile sector and labor relations, affecting textile workers in different ways. Thus, based on a systemic and unitary understanding of the relations of oppression and exploitation in capitalism, the article seeks to consider the dynamics of textile labor and the processes of reproduction and renewal of hierarchical and oppressive relations.

Keywords: Dictatorship, neoliberalism, worlds of work, textile industry, gender relations.

INTRODUÇÃO

A ditadura chilena representou um processo extremamente complexo de mudanças profundas e desdobramentos múltiplos e duradouros para a sociedade chilena. As experiências acumuladas dos projetos neoliberais na América Latina junto a ascensão de movimentos e partidos da extrema direita no mundo que reivindicam, apologeticamente, a história e os projetos políticos de regimes autoritários apontam para a necessidade de se pensar estas experiências na sua complexidade e multidimensionalidade. Por outro lado, as revoltas ocorridas no Chile em outubro de 2019 denunciaram, ainda que de forma difusa e multifacetada, o legado neoliberal da ditadura chilena, especialmente, no que se refere às reformas estruturais promovidas pelo regime autoritário que levaram a perda de direitos sociais e políticos, historicamente, conquistados. Além de produzir o enfraquecimento do movimento sindical, o endividamento da população, sérios problemas no sistema previdenciário, educacional e de saúde pública com os cortes drásticos dos gastos públicos e as privatizações sem precedentes.

De acordo com Verónica Valdívía Ortiz de Zárate (2018, p. 176), as análises sobre o neoliberalismo na ditadura chilena desde uma perspectiva histórica ainda são reduzidas. Sendo assim, pretende-se contribuir com os estudos que buscam compreender os processos de reestruturação capitalista na sua expressão neoliberal e, de acordo, com manifestações específicas, principalmente, nas economias periféricas dependentes, impactando subjetividades e produzindo dinâmicas variadas e complexas renovadoras das relações de exploração e opressão no capitalismo.

As mudanças estruturais promovidas pela ditadura impactaram de forma diversa o conjunto da classe trabalhadora chilena. Diante disso, pensarei em alguns aspectos e desdobramentos das mudanças no setor têxtil chileno desde uma perspectiva de gênero, com foco nas experiências de trabalhadoras têxteis. Para isso, analisarei os impactos das mudanças ocorridas na ditadura em duas tradicio-

nais fábricas têxteis, Sumar e Yarur, que haviam sido palco de intensa participação política de seus trabalhadores durante o período da Unidade Popular, coalizão de esquerda que governou o Chile entre 1970 e 1973.

É importante considerar que grande parte das análises historiográficas sobre as relações de trabalho no Chile tem tangenciado ou desconsiderado por completo a heterogeneidade da classe trabalhadora chilena e as dimensões opressivas presentes nas relações de trabalho, como a respeito do trabalho feminino remunerado (Soledad Zárate; Godoy, 2005). Nesta direção, Angela Vergara Marshal (2017) chama a atenção para a necessidade e atualidade das análises sobre os impactos do neoliberalismo em setores específicos da classe trabalhadora, principalmente, no que se refere a história do trabalho e das relações de gênero - dimensão que, segundo a autora, ainda é pouco estudada, apesar dos avanços na historiografia do período. Em acordo com Ángela Vergara, pretende-se contribuir para a construção de uma mirada mais complexa sobre a classe trabalhadora e os impactos do neoliberalismo na América Latina.

O artigo se divide em quatro partes. Na introdução, o tema a ser tratado é apresentado à luz das demandas do presente e junto ao arcabouço teórico-metodológico em que a pesquisa se baseia. Na segunda parte, realiza-se alguns apontamentos sobre as principais mudanças ocorridas com a implantação do neoliberalismo no país e os principais impactos no trabalho têxtil, de forma a contextualizar o período da ditadura chilena. Na terceira parte, aborda-se as metamorfoses nas relações de trabalho desde uma perspectiva de gênero com o objetivo de contribuir para as reflexões sobre as especificidades das economias periféricas dependentes constituintes das relações de trabalho na sua dimensão opressiva, de forma a desvelar as renovações e reproduções hierárquicas presentes nas relações de trabalho têxtil. Na parte final realiza-se uma síntese das principais ideias abordadas ao longo do texto.

Entre as fontes primárias utilizadas constam entrevistas realizadas com ex-trabalhadoras e trabalhadores têxteis das fábricas Yarur e Sumar. Considerando a dimensão cambiante da memória interpelada pelas demandas do presente, os depoimentos constituem fontes orais imprescindíveis para pensar a complexidade dos fenômenos históricos, desde uma perspectiva da experiência vivida e significada pelos sujeitos sociais e políticos. Neste sentido, a História tem apresentado renovações fundamentais, ampliando o seu interesse em processos e sujeitos, anteriormente, apagados ou subordinados como as mulheres, os povos indígenas, as diásporas africanas, de maneira a ressignificar o passado na sua complexidade.

A análise das mudanças nas relações de trabalho na indústria têxtil chilena contribuiu para pensar não somente as formas de hierarquização das relações de trabalho no capitalismo, suas especificidades e transformações no tempo, elemento que por si só apresenta grande relevância, mas também para pensar as inter-relações e contradições entre o Estado, o capital e as relações de trabalho na sua dimensão opressiva. O presente artigo baseia-se nas contribuições teórico-metodológicas da teoria da reprodução social (TRS), perspectiva analítica que pressupõe a unidade sistêmica das relações de exploração e opressão, produção e reprodução da vida no capitalismo. Do ponto de vista da TRS, as relações de opressão de raça, gênero, sexualidade são consideradas partes constitutivas de uma mesma totalidade social e, portanto, indissociáveis do capitalismo (Bhattacharya, 2017). Assim, a teoria unitária apresenta uma compreensão sistêmica das relações de exploração, dominação, alienação e opressão, estando as dominações racial e de gênero entrelaçadas com o sistema capitalista.¹ Uma das suas contribuições fundamentais é evidenciar as particularidades da sociabilidade do capital como parte constitutiva e orgânica da dinâmica capitalista, chamando atenção para a complexidade da vida social e as reconfigurações históricas nas relações entre trabalho assalariado e não assalariado.

¹ Vale destacar, que não se trata de negar que as opressões existiram antes do modo de produção capitalista, conforme observou Cinzia Arruzza (2019, p. 138): “A questão da relação entre capitalismo e patriarcado também deve ser examinada. Diferente das teorias que tentam conceber a relação entre homens e mulheres em termos de exploração; como uma forma de organização de um setor da produção, o patriarcado há muito tempo abdicou da sua função: o que restou dele foi superado pelo capitalismo. Esse processo foi tudo menos linear. Por um lado, o capitalismo rompeu os laços econômicos baseados no patriarcado, por outro, conservou e usou relações de poder do patriarcado e sua ideologia de muitas maneiras. O capitalismo pôs fim à família como uma unidade produtiva, mas a usou e depois a transformou profundamente para garantir que a tarefa da reprodução da força de trabalho fosse feita. Aqui, as relações de poder patriarcais fizeram sua parte: o capitalismo precisava descarregar as tarefas produtivas na família e a subordinação da mulher garantiu o sucesso da missão, agravando o fardo carregado por estas e as relações opressivas entre homens e mulheres. Reconhecer que nesse contexto os homens, incluindo os homens da classe trabalhadora, desfrutaram e continuam desfrutando de um relativo benefício da opressão de gênero não significa enxergá-los como uma classe de exploradores, mas compreender a complexidade com que o capitalismo integra e emprega as relações de poder pré-capitalistas para criar hierarquias entre explorados e oprimidos, cavando trincheiras e elevando barreiras.”

TECENDO DESIGUALDADES: APONTAMENTOS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR CHILENA

O golpe empresarial-militar e a instauração de uma das mais sangrentas ditaduras latino-americanas ocorrido na década de 1970, desenvolveu-se em um período de crise estrutural do capitalismo caracterizada, principalmente, pela estagnação econômica e queda tendencial na taxa de lucro (Antunes, 2009). Diante do contexto de reestruturação do capitalismo, o neoliberalismo, configurou-se como um novo regime de acumulação capitalista que transcendeu a esfera estritamente econômica, constituído, portanto, de dimensões extraeconômicas. Neste sentido, vale ressaltar o capitalismo como um sistema complexo que, nas palavras de Cinzia Arruzza, não se resume a:

[...] um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes constitui uma complexa e, historicamente, articulada ordem social que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação. [...] [O] desafio é entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos, com dimensões múltiplas e até mesmo contraditória. (Arruzza, 2015, p. 38)

Na América Latina e, em especial, na América do Sul, o contexto da Guerra Fria e a forte polarização contribuiu, decididamente, para a proliferação de ditaduras no continente com os golpes produzidos no Brasil, Bolívia, Peru, Argentina, Uruguai, que apresentaram características comuns entre si, mas também particularidades significativas (COGGIOLA, 2001, p.11). Dentre as principais características da ditadura chilena destacam-se a intensa e generalizada repressão política e a implantação do projeto político neoliberal, experiências que deixaram saldos profundamente deletérios para a classe trabalhadora chilena. De acordo com Tomás Moulian (1997), a implantação do neoliberalismo no Chile foi possível somente por meio da adoção de uma racionalidade estratégica do terror, baseada no uso da violência sistemática. Tal mecanismo possibilitou a brutal interrupção da experiência da Unidade Popular (UP), uma das mais emblemáticas da história do país na busca por criar as condições para uma transição ao socialismo, via legalidade burguesa.

Um dos objetivos centrais da ditadura era transformar, material e simbolicamente, a sociedade chilena e extirpar os valores promovidos pela UP. Na ‘Declaración de Principios de Gobierno de Chile’ de 1974, a Junta Militar destacou dentre os objetivos primordiais, a tarefa educativa de: “cambiar la mentalidad de los chilenos”, de maneira a criar as condições para a construção de novos sujeitos

sociais e políticos. Conforme observou Brunner (1987), as ações da junta cívico-militar estiveram voltadas a conformação de uma cultura autoritária. Com base nos valores reacionários e cristãos, de caráter altamente antimarxista, a cultura autoritária em construção sustentava-se no mito de uma sociedade homogênea, branca, hispânica, cisheteropatriarcal que atribuía à família nuclear a tarefa de reprodução das ideias dominantes com base nos valores neoliberais do individualismo, do consumo e da ‘despolitização’. A medida que a orientação neoliberal tornava-se hegemônica na cúpula militar e entre as frações da burguesia, as políticas neoliberais foram sendo ampliadas e aprofundadas (Valdívia, 2018).

As reformas estruturais promovidas pela junta militar reuniram-se no projeto denominado de ‘siete modernizaciones’, uma proposta de mudanças profundas a serem priorizadas, das quais as mais expressivas foram a reforma laboral e do sistema de previdência social.² Os esforços estavam voltados à criação de uma nova institucionalidade para o país de forma a legitimar as mudanças realizadas, e foram cristalizados na Constituição promulgada em 1981. No campo laboral, em 1979, foi criado o ‘Plan Laboral’, elaborado pelo então Ministro da Economia e neoliberal José Piñera. Com forte caráter antissindical, o Plan Laboral significou uma inflexão nas relações de trabalho ao promover a desarticulação das organizações sindicais, produzindo impactos até o presente no movimento sindical chileno. De acordo com Daniela Marzi (2019), o ‘Plan Laboral’ impôs limites severos à organização sindical, ao direito à greve, ao poder de negociação dos sindicatos, levando à sua atomização e facilitando demissões e contratações, sendo o objetivo central a despolitização e fragmentação do movimento sindical no país.

No início dos anos 1980 as políticas neoliberais e o milagre econômico prometido pelos ideólogos neoliberais na realidade desdobraram-se em uma crise profunda e sem precedentes, com altas taxas inflacionárias e níveis elevados de desemprego que chegaram a 22% (Rodríguez Weber, 2019, p. 186). As políticas adotadas produziram severos desdobramentos para a maior parte da população, ainda que em níveis diversos, com a redução dos salários, o aumento da pobreza, o endividamento e a precarização dos meios de vida, ademais da repressão aos partidos e movimentos de esquerda chilenos (Smart, 2019). Ao mesmo tempo,

² As reformas realizadas pelos economistas neoliberais chilenos conhecidos como ‘Chicago Boys’, articulados em torno da Pontificia Universidade Católica do Chile e da Universidade de Chicago basearam-se nas ideias de teóricos neoliberais que preconizavam as relações de mercado, a desregulamentação da economia, a reorganização do trabalho, com base no consumo e no individualismo.

o Estado operava cortes drásticos nos serviços públicos e atuava por meio de organismos como a Secretaria Nacional da Mulher e dos ‘Centros de Madres’³ para educar as famílias, principalmente, da classe trabalhadora, no sentido de responsabilizarem-se integralmente pelo acesso aos meios de vida diante dos cortes nos gastos públicos. Assim, inúmeros cursos foram criados como o de reaproveitamento dos alimentos, de hortas individuais, no sentido de disciplinar e apresentar alternativas isoladas ao período recessivo, sem custo para o Estado e com base no trabalho feminino assistencialista e voluntário.

A precarização da vida tornou-se um dos efeitos principais da implantação das políticas neoliberais, acompanhada do aumento exponencial do desemprego e diminuição do poder aquisitivo da população. Em 1984, 48,5% das famílias que viviam na cidade de Santiago estavam abaixo da linha da pobreza, sendo que, no ano de 1969, era de 28,5% (Pollack, 1987, p. 12). A respeito do tema, a trabalhadora têxtil Ana Maria Elis Acuña mencionou que um dos ditados populares amplamente difundidos no período referia-se ao aumento da pobreza: “Aquí en las poblaciones, en La Victoria se hacía muchas ollas comunes porque la gente no tenía de donde sacar y había un dicho que decía ‘a puro pan a puro té así nos tiene a Pinochet’”.⁴ No trecho, Ana Maria faz referência à ‘ollas comunes’, uma das formas de resistência amplamente difundidas no período que consistia no oferecimento de refeições diárias, por organizações comunitárias, para as populações periféricas mais impactadas.

As políticas neoliberais inauguraram ainda um processo intenso de desindustrialização sem precedentes, refletindo, especialmente, em alguns setores produtivos como o têxtil e o metalúrgico, ocasionando a quebra de inúmeras fábricas no país e produzindo a redução do número de trabalhadores, cortes nos salários e benefícios e dispensas massivas. Na fábrica Yarur, por exemplo, durante os anos de 1982-1983, período de maior crise no setor, os salários foram cortados pela metade sem mediações e diálogo com os trabalhadores (Winn, 2004a, p. 333). No período, 45% das fábricas têxteis existentes no país quebraram em decorrência da abertura do mercado e da diminuição das tarifas alfandegárias. Em 1988, a força de trabalho de indústrias emblemáticas como Sumar e Machasa (Ex-Yarur) já havia sido reduzida pela metade (Winn, 2004 a, p.129), levando ainda a diminuição considerável dos salários.

³ Os centros de madres foram organismos públicos criados nos anos 1950 nos bairros periféricos chilenos, onde eram oferecidos cursos de capacitação para a comunidade local, principalmente, mulheres, tornando-se importantes locais de sociabilidade.

⁴ Entrevista com Ana Maria Acuña, 19 abr. 2019.

Em 1982, após a quebra da indústria e por pressão dos trabalhadores, a fábrica Yarur sofreu intervenção do Estado que nomeou um síndico para dar continuidade ao processo de falência. Em 1986, Yarur foi adquirida por um grupo privado passando a ser denominada Machasa. Já a indústria Sumar não chegou a declarar falência, mas passou por um processo de redução salarial e da força de trabalho. Segundo Reinecke (2000), o setor têxtil sofreu uma contração de 36% e uma redução da força de trabalho de 60%. Como consequência da quebra da fábrica têxtil Yarur e irregularidades no processo de falência, parte de ex-trabalhadoras e trabalhadores recorreram à justiça chilena, mas seguem até o presente sem o recebimento dos direitos trabalhistas referentes aos anos trabalhados na fábrica, com processos em andamento.

Como forma de enfrentar os impactos da abertura econômica e da redução das tarifas alfandegárias, os empresários de grandes empresas têxteis como Yarur e Sumar apostaram na reorganização do processo produtivo com base em duas estratégias centrais: a racionalização do processo produtivo e a redução dos custos do trabalho (Winn, 2004b). Em 1970, a fábrica Sumar empregava aproximadamente 2.600 trabalhadores; no ano de 1988, esse número já havia sido reduzido para 1.800 (Winn, 2004b, p. 130), representando uma queda percentual de aproximadamente 50% da força de trabalho. O objetivo era investir, de acordo com as possibilidades de cada fábrica, em avanços tecnológicos para suprir a obsolescência das máquinas antigas, de forma a maximizar a produção e, por outro lado, reduzir os custos de trabalho. Para isso, novos telares mais modernos e três vezes mais rápidos que os anteriores foram importados, produzindo assim a intensificação do ritmo e jornada de trabalho. Assim, as inovações tecnológicas provocaram mudanças na organização do trabalho, como a ampliação da tendência à flexibilização e à redução da força de trabalho que passou a se tornar mais especializada e concentrada nas tarefas de programação e supervisão (Reinecke, 2000, p. 154).

Nos períodos de maior crise, como no início dos anos 1980, a produção têxtil passou por quedas acentuadas. No entanto, em meados da década de 1980, o Estado neoliberal, contraditoriamente, voltou a taxar as importações dos produtos têxteis devido à crise no setor e por pressão dos empresários. Assim, diante da pressão empresarial e da adoção de políticas estatais protecionistas, o setor foi recuperando certo dinamismo e crescimento. Entre 1979 a 1983, a produção caiu 26%; de 1983 a 1987, aumentou em média 46% e de 1987 a 1990, a produção sofreu certa redução de aproximadamente 10%, percentual que foi recuperado no

ano de 1991.⁵ O aumento foi maior do que na indústria manufatureira em geral e aponta que as medidas protecionistas e aquelas que ensejaram a reestruturação produtiva do setor possibilitaram um incremento da produção e a retomada parcial do dinamismo na área (Maciel, 2024, p.231).

Porém, no final da ditadura as taxas alfandegárias foram novamente reduzidas, apontando para um desinteresse do Estado em criar medidas protecionistas a médio e longo prazo para o setor, como havia sido nas décadas anteriores ao golpe. Entre 1988 e 1989, por exemplo, não obstante um certo otimismo com relação ao aumento da produção, os empresários têxteis estavam preocupados com as incertezas sobre a redução das taxas alfandegárias pela junta militar.⁶

As transformações materiais que ocorreram no Chile apresentaram uma dimensão ideológica fundamental constituinte das relações capital e trabalho. Na indústria têxtil, os processos de diversificação e flexibilização da produção, empreendidos como forma alternativa de enfrentar a falta de competitividade dos produtos nacionais, foram parciais e permeados por problemas devido à crise no setor e às dificuldades na importação de tecnologia dado o seu alto custo. Apesar disso, apresentaram renovações nas formas ideológicas e no discurso empresarial que passaram a reger as relações entre trabalhador e empregador. No período, os novos modelos de gestão⁷ apresentaram um novo discurso de necessidade de modernização das relações de trabalho não mais pautado na luta de classes, mas na “colaboração de classes”, em uma “economia social de mercado”, na noção de empresa participativa, da qual os trabalhadores passaram a ser identificados como “colaboradores” (Cieplan, 1991). Estas novas formas ideológicas implicaram estratégias corporativistas apoiadas no discurso de maior participação dos trabalhadores nas decisões da fábrica, o que na prática não ocorria.

Como apontou Araya Gómez (2015), o movimento sindical chileno na ditadura passou por mudanças que apontavam uma inflexão no caráter combativo de tipo classista, cujas ações foram sendo redirecionadas com base no discurso de ‘concertación’ e consenso entre sindicatos e empresários. O discurso de moder-

⁵ Índice de Produção e Venda na Indústria Manufatureira (1986-1991). Ministerio de Economía, Fomento y Reconstrucción. Instituto Nacional de Estadísticas, 1988-1993.

⁶ Qué se Trama, n. 2, v. 8, p. 10, 1989. Acervo da Biblioteca Nacional de Chile.

⁷ Os processos de automação e flexibilização do trabalho foram inspirados no modelo produtivo japonês, toyotismo, que, em termos gerais, preconiza a produção de acordo com as demandas do mercado, diferentemente da produção em massa que caracterizava o fordismo e o taylorismo e inspiraram a gestão das fábricas nas décadas anteriores a ditadura. No entanto, de acordo com Antunes (2009), a crise do fordismo e do taylorismo foi expressão da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970, abrindo espaço para o toyotismo.

nização nas relações de trabalho foi, parcialmente, absorvido pelos sindicatos, que passaram a discutir formas de maior participação nos processos decisórios das fábricas, incorporando a noção de ‘colaboradores’, ao passo que demonstraram preocupação com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (Cieplan, 1990).

Contudo, as transformações que ocorreram no período impactaram o setor têxtil, um dos mais tradicionais e combativos do movimento sindical chileno. No entanto, as mudanças na organização do trabalho apresentaram dimensões pouco exploradas pelos estudiosos do tema como a dimensão generificada das transformações nas relações de trabalho que impactou, diversamente, trabalhadoras e trabalhadores do setor - o tema a ser explorado na próxima seção deste artigo.

CAPITAL, TRABALHO E RELAÇÕES DE OPRESSÃO: O TRABALHO FEMININO REMUNERADO NAS FÁBRICAS SUMAR E YARUR

As trabalhadoras têxteis compuseram, historicamente, a maior parte da força de trabalho no setor até meados dos anos 1960. Na década de 1920, a força de trabalho feminina estava concentrada na indústria têxtil, do vestuário e de alimentos que era considerada, sobretudo, mão de obra barata e sem qualificações (Hutchinson, 2014, p. 15). Na década de 1950, as trabalhadoras têxteis de indústrias como Yarur representavam 60% da mão de obra da fábrica e ganhavam 30% a menos que os trabalhadores homens (Winn, 2004, p.76).

No entanto, desde as primeiras décadas do século XX, com a promulgação gradual de leis de proteção aos direitos das trabalhadoras, junto aos processos de reconfiguração das relações entre capital e trabalho, bem como os desdobramentos das reestruturações produtivas baseadas no sistema taylorista, o trabalho feminino no setor têxtil foi sendo, paulatinamente, reduzido e substituído pela mão de obra masculina. Segundo Gálvez e Bravo (1992, p.26) estes processos se desdobraram em um importante fenômeno ocorrido, a “masculinização” da força de trabalho. Estes fenômenos, historicamente determinados, constituíram, em alguma medida, desdobramentos dos esforços de racionalização da força de trabalho, no âmbito da extração de mais valor relativo, conforme apontaram Susan Ferguson e David McNally (2017) e relacionam-se com os interesses do capital em garantir a reprodução da força de trabalho como condição para a reprodução do capitalismo.

Durante o período da Unidade Popular, o governo direcionou esforços, ainda que limitados e contraditórios, voltados a inserção das mulheres no merca-

do de trabalho, defendendo sua integração na ‘batalha da produção’ como forma de contribuir para a independência econômica das mulheres, favorecendo a manutenção do trabalho feminino remunerado no setor têxtil (Maciel, 2024). Já nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu um processo de feminização da força de trabalho de dimensões globais, com a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho. Conforme observaram Rosalba Todaro e Sonia Yáñez (2004, p. 22), a década de 1970 no Chile foi um período de mudanças na divisão generificada do trabalho, devido às transformações profundas na sua organização. Em 1970 a força de trabalho feminina no país compunha 22% do total da força de trabalho ativa; em 1980, esse percentual chegou a 30% (Díaz, 2004, p. 174). Entre 1976 e 1985, a força de trabalho masculina cresceu, em média, 2,5%, enquanto a das mulheres chegou a 3,7% (Centro de Estudios de la Mujer, 1988, p. 27).

Apesar do incremento do trabalho feminino assalariado, o crescimento concentrou-se, em grande parte, no setor informal e doméstico caracterizado pela baixa sindicalização. De acordo com Angell (1993, p. 356), as trabalhadoras assalariadas chilenas representavam apenas 21% do total de trabalhadores sindicalizados. Como argumentaram Gabriel Salazar e Julio Pinto, na ditadura a precarização no trabalho atingiu, principalmente, as mulheres trabalhadoras:

La instalación del modelo neoliberal en Chile no significó sólo el drástico incremento de los empleos ‘precarios’ con respecto a los empleos “de carrera” (ocupacional o profesional), sino también un cambio en las proporciones relativas en que hombres y mujeres participaban en la estructura laboral chilena. En efecto: en todas las áreas donde se concentró la expansión económica estratégica del modelo surgió una abundante oferta de empleos que se caracterizó, primero, por tener uno u otro rasgo de “precariedad” y, segundo, porque la nueva oferta laboral se orientó predominantemente a “trabajadores femeninos” (2002, p. 207).

Vale destacar que, de acordo com Augusto Aninat (1986), em 1984, a mão de obra têxtil no Chile era uma das mais baratas do mundo, perdendo somente para os países asiáticos. Neste ponto, é indispensável destacar a dimensão racial como elemento a ser considerado nas análises sobre as relações de trabalho: a origem camponesa e indígena, principalmente mapuche, de parte das trabalhadoras e trabalhadores têxteis, sendo um elemento essencial na determinação do valor da força de trabalho têxtil.

Na indústria têxtil o percentual da força de trabalho feminina sofreu alterações de acordo com os momentos de crises no período e foi marcado por hierarquias nas relações de trabalho. Nas fábricas Sumar e Yarur as operárias têxteis passaram a representar aproximadamente 1/3 do total da força de trabalho, ao passo que, nas fábricas menores e com maior defasagem tecnológica tendiam

a possuir um maior percentual de mão de obra feminina. Cabe destacar que nas indústrias Yarur e Sumar as trabalhadoras eram, sobretudo, operárias e integraram seções produtivas como *Enlizado*, seção produtiva responsável pela preparação dos fios que compunham as telas fabricadas; *Hilandería*, seção na qual os fios eram produzidos; *Telares*, seção na qual as telas têxteis eram produzidas; *Conos*, seção responsável por inserir os fios nos suportes a serem comercializados; *Revisado*, responsável por inspecionar as telas e indicar as possíveis falhas nelas existentes; *Cotelet*, onde as falhas eram corrigidas. No entanto, as operárias concentraram-se, principalmente, em *Hilandería*, *Revisado* e *Conos*, e foram quase inexistentes em *Tintorería*, seção produtiva responsável pelo tingimento dos tecidos e integrada, principalmente, por operários homens.

Além de operárias, as trabalhadoras estiverem presentes em outros setores das fábricas como o administrativo, recursos humanos, secretarias, laboratórios e setores responsáveis pela saúde do trabalhador, como consultórios médicos e odontológicos, um resquício do período anterior em que esse tema integrava uma preocupação estratégica dos empresários. Já os trabalhadores realizavam tarefas de transporte de produtos e abastecimento de matérias-primas que circulavam entre as seções produtivas, operavam as máquinas na produção dos tecidos, realizando o trabalho especializado de manutenção e supervisão dos equipamentos e máquinas têxteis e eram, sobretudo, operários, mecânicos, eletricitistas.

Os cargos de chefia e supervisão eram ocupados, principalmente, por trabalhadores homens responsáveis pelo gerenciamento dos turnos e seções produtivas e que tinham maiores possibilidades de ascenderem a cargos mais qualificados e com melhores salários do que as mulheres. A maioria dos trabalhadores entrevistados entraram nas fábricas ocupando cargos no setor de limpeza ou como auxiliares de manutenção e foram escalando a melhores posições que exigiam especialização, como mecânicos, até ocuparem postos de *empleados* ou chefes de turnos e seções produtivas. No início dos anos 1980, nas fábricas têxteis a função de ‘*empleado*’, cargo que exigia alguma qualificação profissional, era exercido principalmente por homens, que representavam uma média de 85% do total de trabalhadores na função (Maciel, 2024, pp. 237).

As operárias das fábricas estudadas dificilmente ascendiam a cargos de chefia ou a *empleadas*, mesmo ocupando postos de trabalho em setores estratégicos, como o *Revisado*, setor responsável pela supervisão dos fios. Um dos casos excepcionais foi o de Teresa Bachmann Ide, operária têxtil da fábrica Sumar que, em 1972, acionou o Ministério do Trabalho para denunciar a sua situação,

argumentando que exercia tarefas compatíveis com o cargo de *empleada*⁸. O pedido realizado pela trabalhadora foi atendido e a fábrica foi obrigada pela justiça a readequar o cargo por ela exercido, porém se tratava de um caso isolado.

Durante a ditadura, apesar da tendência a redução do número de trabalhadoras nas grandes indústrias têxteis, o número total apresentou oscilações. Em 1977, por exemplo, as operárias têxteis representavam 30% do total da força de trabalho no setor. Já nos momentos de crise aguda no setor têxtil (1981-1983) as operárias e operários chegaram a conformar um percentual de trabalhadores quase equivalente, respectivamente 46% e 54% da força de trabalho, o que comprova um aumento expressivo da mão de obra feminina com relação aos anos anteriores (Maciel, 2024, pp.237). Durante o período de retomada do dinamismo no setor, o número de trabalhadoras diminuiu com relação ao início da década de 1980. A partir de 1984, a força de trabalho feminina reduziu 6% com relação ao período de crise aguda no setor. Em 1987, a mão de obra feminina têxtil voltou a crescer 5%, aumento que se manteve até o ano de 1993. Estes dados sugerem que o aumento do número de operárias nas indústrias têxteis pode estar relacionado à maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas também às dinâmicas e fluxos de instabilidade na área que podiam ser contornadas, por exemplo, com a utilização de mão de obra ainda mais barata.

A reestruturação produtiva resultou no aumento do ritmo de trabalho, além do aumento da jornada de trabalho com as horas extras que passam a ser indispensáveis para compor os salários reduzidos. Um dos exemplos já mencionados foi a chegada de novos telares, tecnologicamente mais modernos e velozes, que trabalhavam em uma velocidade três vezes mais rápida que os antigos. De acordo com as trabalhadoras entrevistadas, o aumento da velocidade dos telares implicou a intensificação do trabalho mas sem o aumento salarial. Para a operária Luiza S., que trabalhou vinte e sete anos na fábrica Sumar, os novos telares apresentaram novas exigências como maior agilidade, atenção e trabalho ininterrupto.⁹

Neste sentido, cabe destacar que as mudanças ocorridas na organização do trabalho produziram impactos econômicos e extraeconômicos. Além da redução dos salários e garantias, da intensificação do ritmo e exploração de trabalho, da diminuição do tempo livre, as mudanças incluíram outras dimensões relacionadas, por exemplo, a culpa pela ausência na unidade doméstica e a falta de tempo

⁸ Acta n. 9, Resoluciones de Conflicto, Junta Clasificadora de Empleados y Obreros, Dirección de relaciones laborales del Ministerio del Trabajo, Expediente n. 530, 10 mar. 1971. Archivo Nacional de la Administración (ARNAD).

⁹ Entrevista com Luisa Sanhueza, 1 dez. 2019.

para compartilhar com a família, a sobrecarga física e mental de trabalho que se acumulava com outro exaustivo trabalho, o doméstico. Grande parte das trabalhadoras entrevistadas mencionaram que se sentiram culpadas e sobrecarregadas pela ausência prolongada nos lares.

A operária Ivone R., que trabalhou por quinze anos na fábrica Sumar Polyester, mencionou que sua vida naquele período se resumia ao trabalho assalariado e ao trabalho doméstico.¹⁰ Ivone enfatizou o ritmo exaustivo e disciplinador das jornadas de trabalho que se acumulavam com o trabalho doméstico (“era trabajar y trabajar y nada más”). Para Norma V., a vida naquele contexto resumia-se ao trabalho assalariado e ao pouco tempo dedicado às tarefas domésticas e à família. Ao realizar um balanço sobre sua trajetória na fábrica, enfatizou como “a vida voltada para o trabalho” a impediu de compartilhar tempo de qualidade com seus filhos. Segundo Norma V.:

Uno quiere dar lo mejor a lo hijo, cuando eran niños yo trabajaba más horas y quizá tengo el reproche de mi hija, que me dice que nunca fui a buscarla en la escuela cuando estaba lloviendo y estas cosas duelen. En ese tiempo estábamos comprando casa en Puente Alto entonces todo lo que yo lograba a trabajar era para el futuro de ellos [...] Yo no salía para fiesta, no hacía fiesta en mi casa era solamente mi trabajo mi casa y mi familia.

Para a operária Norma V., as horas extras foram se tornando um imperativo essencial na composição da renda mensal familiar fraturada pela diminuição dos salários, intensificação do ritmo e da jornada de trabalho, provocando impactos econômicos, físicos e psicológicos. Da mesma forma, Luisa S. mencionou como as longas jornadas de trabalho passaram a se tornar habituais, impactando a relação com o filho.¹¹ De acordo com Luisa: “Toda mi vida en la fábrica yo trabajé de sobretiempo, no había otra forma [de aumentar a renda] y hacer la hora extra era la única forma de ganar un poquito más”.

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho nas fábricas foram acompanhadas de uma nova realidade, a precarização do trabalho com o aumento da exploração da força de trabalho junto aos seus desdobramentos psicológicos. A necessidade por parte das trabalhadoras têxteis de realização de horas extras trouxe, portanto, novos desdobramentos para as relações familiares e subjetividades. As longas jornadas de trabalho e os impactos produzidos nas relações familiares criaram pressões psicológicas diante dos limites impostos que impediam uma participação mais efetiva na vida e desenvolvimento dos filhos. De acordo com os depoimentos das operárias, o tempo necessário para recuperar as energias

¹⁰ Entrevista com Ivone R. Morales, 23 nov. 2019.

¹¹ Entrevista com Luisa Sanhueza, 1 dez. 2019.

era insuficiente, incidindo em um processo de desgaste físico e mental contínuo. A exaustiva e degradante rotina do trabalho fabril somado ao trabalho doméstico não remunerado acumulado foram se consolidando como um imperativo na vida destas trabalhadoras.

Apesar disso, o discurso da gerência estava centrado na necessidade de aumento da produção e carregava, implicitamente, a ideia de que a garantia dos empregos dependia da sobrevivência das fábricas. Para isso, as fábricas apresentavam metas produtivas a serem alcançadas como critério para o recebimento do bônus de produção, um valor acrescido nas remunerações mediante o cumprimento das metas. No entanto, segundo as operárias, apesar das expectativas geradas as metas eram dificilmente atingidas. Como apontou Norma V.: “Nosotros nunca alcanzabámos la meta de producción para que nos dera el bônus, no, yo nunca recibí un bonos de producción [...] Nosotras trabajábamos de sobretiempo y se suponía que teníamos mucho trabajo. Yo trabajaba de lunes a sábado de 7:30 de mañana a las 7:30 de la tarde”.

As longas jornadas de trabalho para os trabalhadores homens, apesar de exaustivas, não foram associadas a culpa diante da ausência nas unidades domésticas, como o foram para as trabalhadoras. De acordo com o operário de Tintorería e músico integrante do Departamento de Cultura e do conjunto folclórico de Machasa, Nelson V. Q., era “trabajar, y trabajar y eso no le permitía estudiar”, o que fez com que ele postergasse seus estudos.¹² Segundo ele, a jornada de trabalho era de doze horas diárias, de segunda a sábado, cumprida em turnos intercalados entre manhãs e tardes, e, ainda que não considerasse o salário ruim para o período, a prática era comum e necessária para compor as remunerações. Da mesma forma, Julio B., chefe de seção de Sumar, destacou que trabalhava doze horas diárias.¹³ Na mesma direção, Fernando S., trabalhador de Sumar, mencionou que era bastante comum trabalhar doze horas diárias, de segunda-feira a sábado¹⁴.

As queixas dos trabalhadores referiam-se, principalmente, ao medo de perderem seus empregos e a renda familiar, como pontuou Máximo V., que trabalhou na fábrica Sumar por cinco décadas, tornando-se ‘*empleado*’ e um dos últimos trabalhadores a deixar a fábrica no processo de encerramento das atividades em 2004.¹⁵ Assim, o desmantelamento dos salários e garantias

¹² Entrevista com Nelson Valencia Quevedo, 13 abr. 2019.

¹³ Entrevista com Júlio Beltrán, 23 nov. 2019.

¹⁴ Entrevista com Fernando Salinas, 28 de nov. de 2019

¹⁵ Entrevista com Máximo Patricio Velásquez, 24 nov. 2019.

e a instabilidade nos empregos apresentavam implicações materiais e simbólicas, impactando nos sentidos da autoridade masculina e a imagem de homens provedores, principalmente dos trabalhadores que perderam seus empregos.

De acordo com as entrevistas, as experiências de desligamento das fábricas têxteis – principalmente, entre final da década de 1980 e meados de 1990 – foram bastante traumáticas. Como abordou Luisa, houve sérias dificuldades para encontrar trabalho: “Me costó acostumbrarme [...] el trabajo por ninguna parte te lo daban por la edad, yo tenía 53 años y no estaba jubilada, faltaba 5 años”.¹⁶ O operário Saturnino B., despedido da fábrica no começo da década de 1990 quando tinha 46 anos de idade, contou sobre as dificuldades em encontrar trabalho: “después quise trabajar pero me dijeron que ya tenía edad y con 46 años es chocante, entonces tuvo que aprender outro rumbo, a ser concierge”.¹⁷ Quando a entrevista foi realizada, Saturnino exercia a função de *office boy* em uma empresa.

Após saírem das fábricas, o trabalho doméstico remunerado foi uma das principais fontes de subsistência das ex-trabalhadoras têxteis, ainda que marcado pela precariedade e informalidade. A ex-operária têxtil de Machasa, Ana Maria, contou que após saírem das fábricas, muitas companheiras, assim como ela, foram trabalhar de empregadas domésticas: “Mira la mayoría de esas mujeres tuvieron que quedar en casa, no había empleo [...] los padres tuvieron que entrar a trabajar en lo que pudieron y las mujeres tuvieron que hacer aseo en casa ajena, para mantener los hijos”.¹⁸ Ana Maria foi empregada doméstica, além cuidadora de crianças e idosos e vendedora de cosméticos infantis. Segundo ela, este processo contribuiu para “que se desarmara familias porque las mujeres ya no podrían aportar para las casas.”

A operária Luisa S., que também trabalhou como empregada doméstica, destacou os baixos salários e a exploração, referindo-se às condições de trabalho. Para ela, no entanto: “teníamos que hacerlo [...] no había otra cosa, en el trabajo doméstico se ganaba menos pero por lo menos tenía para darse vuelta”.¹⁹ A operária têxtil e migrante Julia H., que trabalhou vinte e dois anos na fábrica Sumar após o golpe, tornou-se uma das trabalhadoras do ‘Programa de Empleo Mínimo’ (PEM), um programa de emprego do governo destinado às pessoas desemprega-

¹⁶ Entrevista com Luisa Sanhueza, 1 dez. 2019.

¹⁷ Entrevista com Saturnino Loyola, 20 abr. 2019.

¹⁸ Entrevista com Ana Maria Acuña, 19 abr. 2019.

¹⁹ Entrevista com Luisa Sanhueza, 1 dez. 2019.

das que, na prática, tratava-se de propostas de trabalhos precários e instáveis.²⁰ Julia H. tornou-se empregada doméstica, trabalho que se transformou na sua principal fonte de renda por dez anos antes de se aposentar.

Para as trabalhadoras entrevistadas, o trabalho remunerado era uma realidade crescente de importância incontestável, principalmente para as mães. O trabalho representava uma possibilidade de maior independência e controle sobre suas vidas. Algumas trabalhadoras entrevistadas mencionaram a importância do trabalho assalariado, por exemplo, na tomada de decisão de se divorciarem, sendo visto como uma fonte imprescindível de sustento familiar, assumindo centralidade nas estratégias de sobrevivência familiar. No entanto, no contexto neoliberal de austeridade e precarização, o trabalho remunerado têxtil foi associado ao sentimento de culpa, à sobrecarga de trabalho, ao desgaste físico e mental com a redução dos salários e garantias, elementos que apontam para a sua complexidade e contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação das políticas neoliberais no setor têxtil ensejou processos de reorganização do trabalho e mudanças nas relações de trabalho permeadas por novas compreensões e formas disciplinadoras que impactaram de forma diversa a vida de trabalhadoras e trabalhadores do setor. O discurso de uma aparente ‘concertación’ entre trabalhador e patrão escondia o novo imperativo de uma vida voltada para o trabalho com o aumento e intensificação das jornadas de trabalho e diminuição dos salários e garantias, somado às pressões psicológicas decorrentes das mudanças.

Nas décadas anteriores a ditadura, como estratégia de disciplinamento dos trabalhadores, as relações laborais extrapolavam o local de trabalho, atingindo outras esferas da vida, como o lazer e as relações familiares, através da promoção por parte dos donos das fábricas de esportivas, viagens e eventos festivos que envolviam as famílias de trabalhadores têxteis. Na ditadura, estes esforços foram se esvanecendo e concentrando-se nas relações produtivas no interior das fábricas, momento em que as relações de trabalho eram profundamente impactadas pela redução dos salários, instabilidade e intensificação da exploração, atravessada por dimensões opressivas.

²⁰ Entrevista com Júlia Herranz, 1 dez. 2019.

Os efeitos das mudanças estruturais promovidas apresentaram aspectos simbólicos constitutivos e inseparáveis das transformações materiais. As reconfigurações nas relações de trabalho têxtil apresentaram novas formas de subjetivação, ao mesmo tempo que desvelavam as contradições das mudanças produzidas, como o medo amplificado da perda do emprego diante dos altos índices de desemprego, das crises no setor e dos processos de reestruturação, além do sentimento de culpa das trabalhadoras diante das longas jornadas de trabalho e a ausência prolongada nas unidades domésticas. Assim, o processo de reestruturação das fábricas foi fortemente marcado pelo aumento do ritmo e intensificação da exploração do trabalho, em que as horas extras passaram a compor o cotidiano nas fábricas, apresentando novas implicações, principalmente para as trabalhadoras, que ocupavam posições menores nas hierarquias de trabalho, recebendo os menores salários, direitos e garantias e, portanto, mais dependentes das horas extras.

Contudo, a análise a respeito dos contornos de gênero nas relações de trabalho contribui para desvelar a complexidade das transformações na ditadura, que atingiram, principalmente, as mulheres trabalhadoras, que tenderam a assumir trabalhos mais precários e informais. Estes fenômenos foram acompanhados da sobrecarga de trabalho diante dos processos de intensificação e prolongamento da jornada de trabalho, que se acumulava às tarefas reprodutivas, produzindo efeitos psicológicos diversos, ademais do processo de atomização da família.

Vale enfatizar que as reestruturações produtivas foram encabeçadas, principalmente, por trabalhadores homens enquanto as trabalhadoras continuavam em setores que haviam ocupado tradicionalmente. Com isso, as oportunidades de especialização decorrentes das novas exigências de qualificação foram mais acessíveis aos homens, evidenciando a dimensão generificada dos processos de reconfiguração das relações de produção na área têxtil. Um dos efeitos mais impactantes destes processos foi a maior vulnerabilidade das trabalhadoras menos especializadas e a tendência a exercerem trabalhos precarizados e informais depois de saírem das fábricas têxteis, como o trabalho doméstico, a venda de mercadorias por meio de revistas de cosméticos e roupas e o trabalho de cuidado.

Assim, a reestruturação produtiva nas fábricas apresentou, além de uma maior exploração da força de trabalho, uma dimensão opressiva de gênero e raça centrais para a compreensão dos matizes que compõe as mudanças nas relações de trabalho têxtil no novo regime de acumulação neoliberal no Chile. Vale lembrar que a força de trabalho têxtil chilena era uma das mais baratas no mundo

e que a raça, o gênero, a nacionalidade, compreendiam aspectos fundamentais na determinação do valor da força de trabalho.

Estes fenômenos se relacionam com os processos históricos de subordinação das mulheres nas sociedades ocidentais capitalistas e constituem-se, assim como a divisão sexual do trabalho, um dos inúmeros e multifacetados desdobramentos da separação, historicamente reproduzida, entre relações de exploração e reprodução dos meios de vida, a qual relegou às mulheres a responsabilidade social pelas atividades reprodutivas. Esta separação esteve pautada em uma concepção determinista biológica baseada em uma suposta natureza feminina voltada para a realização do trabalho reprodutivo, das tarefas que exigem destreza e delicadeza e a masculina associada à força, virilidade e o papel de provedores. Neste sentido, as metamorfoses nas relações de trabalho têxtil foram compostas por dimensões múltiplas e complexas do capitalismo articuladas com as novas tendências que se apresentavam nas relações capital e trabalho no contexto neoliberal.

É necessário destacar que os novos valores difundidos não foram aceitos de forma incontestável no período. Assim, a produção de subjetividades permeadas pelos valores neoliberais e reacionários amplamente difundidos, como o individualismo, o consumismo, a vida voltada para o trabalho, a defesa da família nuclear tradicional, o anticomunismo profundamente defendido pela junta militar, foram, ao mesmo tempo, tensionados como produto das experiências vividas, cotidianamente, na sua complexidade e contradições, não se tratando portanto de fenômenos estáticos, mas de dinâmicas orgânicas e contraditórias. No período, inúmeras formas de resistência se formaram ou foram reorganizadas, como o movimento feminista e de mulheres, os movimentos comunitários e as experiências das ‘ollas comunes’, expressando assim as tensões, que também apareceram nas entrevistas, entre uma experiência marcada pela forte repressão empreendida nas *poblaciones* (bairros periféricos), a precarização da vida e as formas de sociabilidade constituídas em decorrência do golpe.

O contexto representava uma totalidade complexa e orgânica que extrapolava as fronteiras bem delimitadas entre o privado e o público, ou uma noção estática que identifica as mulheres como agentes passivos. Apesar dos depoimentos expressarem um certo compartilhamento de valores morais tradicionais, que reforçavam, em certa medida, as relações de opressão de gênero, as trabalhadoras não corroboraram um discurso conservador, posicionando-se criticamente à ditadura e, também, às situações identificadas como injustas ou abusivas nas fábricas que envolveram conflitos, negociações, opressões de gênero, solidariedade às

famílias de ex-trabalhadores presos ou assassinados pela ditadura²¹. Vale enfatizar a distância temporal entre o período da ditadura e a realização das entrevistas no contexto das revoltas populares de 2019 e de denúncia, ainda que difusa e complexa, do legado da ditadura. Assim, os balanços realizados pelos trabalhadores sobre suas respectivas trajetórias de vida sugerem aspectos importantes sobre como as mudanças foram incorporadas e ressignificadas criticamente ao longo do pós-ditadura por setores da classe trabalhadora chilena.

O processo de subsunção do trabalho ao capital apresenta dimensões múltiplas e dinâmicas, material, simbólica, político-jurídica, intelectual, racial-generificada que se transformam ao longo do tempo. Dessa forma, buscou-se pensar alguns aspectos sobre como as relações de opressão incidiram nas relações e hierarquias de trabalho têxtil no contexto da reestruturação produtiva neoliberal, de forma a analisar como foram reproduzidas e renovadas. Além disso, realizou-se alguns apontamentos sobre como os processos de produção e reprodução social da vida material na ditadura articularam-se com as dinâmicas cotidianas de trabalhadoras e trabalhadores têxteis no contexto de deterioração nas condições de acesso aos meios de vida. Para isso, nos baseamos em uma compreensão unitária das relações de produção e reprodução social, possibilitando assim a construção de uma perspectiva mais totalizante que identifica as relações de opressão como dimensões dialeticamente constitutivas da dinâmica capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angell, A. (1993). Sindicatos y trabajadores en el Chile de los años 80. En: Drake, P., Jaksic, I. (orgs). *El difícil camino hacia la democracia en Chile, 1982-1990* (pp. 351-390). FLACSO.
- Aninat, A. (1986). Sector textil: transformaciones y potencialidades. In C Vignolo (Ed.), *La industria chilena: 4 visiones sectoriales*. CED.
- Araya Gómez, R. (2015). *Organizaciones sindicales en Chile: de la resistencia a la política de los consensos: 1983-1994*. Ediciones Finis Terrae.
- Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, (23), 33-58. http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruzza.pdf

²¹ ¡Alerta! Órgano de expresión escrita de los trabajadores libres de Yarur, n. 8, 1980.

- Arruzza, C. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2019.
- Bhattacharya, T (Ed.). (2017). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. Pluto Press.
- Brunner, J. (1981). *La cultura autoritaria en Chile*. FLACSO.
- Centro de Estudios de la Mujer. (1988). *Mundo de mujer: continuidad y cambio*. Centro de Estudios de la Mujer.
- Cieplan. (1991). *Perspectivas para la industria textil chilena en la década de los 90*. CIEPLAN.
- Coggiola, O. (2001). *Golpes militares na América Latina*. Editora Contexto.
- Ferguson, S; & McNally, D. (2017). Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, (29), 23-59.
- Gálvez, T; & Bravo, R. (1992). Siete décadas de registro del trabajo femenino, 1854-1920. *Revista Estadística y Economía*, (5), 1-52.
- Hutchison, E. Q. (2014). *Labores propias de su sexo: género, políticas y trabajo en Chile urbano (1900-1930)*. Lom Ediciones.
- Maciel, A. F. (2024). *Tecendo desigualdades, redimensionando opressões: capital, relações de trabalho e gênero no Chile (1970-1990)*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22112024-124906/pt-br.php>
- Marshall Vergara, Á. (2017). Estado, trabajo y trabajadores. In I. Jaksic (Ed.), *Historia política de Chile, 1810-2010. Tomo II, Estado y Sociedad* (pp. 365-295). FCE, UAI.
- Moulian, T. (1997). *Chile actual: anatomía de un mito*. LOM Ediciones.
- Pollack, M. (1987). *Ciclo economico, mercado de trabajo y pobreza: Gran Santiago, 1969-1985*. OIT – PREALC.
- Reinecke, G. (2000). *Inside the model. Politics, enterprise strategies and employment quality in Chile*. (Dissertation). Universität Hamburg.
- Rodríguez Weber, J. (2019). Promover y asegurar la desigualdad: las consecuencias distributivas de la dictadura. In S. Smart; J. P. Bohoslavsky; K. Fernández (Eds.), *Complicidad económica con la ditadura chilena: un país desigual a la fuerza* (pp. 177-190). LOM Ediciones.
- Rosemblatt, K. (2000) *Gendered Compromises: Political Culture and the State in Chile, 1920-1950*. University of North Carolina Press.
- Smart, S (Ed.). (2019). *Complicidad económica con la dictadura chilena. Un país desigual a la fuerza*. Lom Ediciones.

- Soledad Zárate, M.; Godoy, L. (2005). *Análisis crítico de los estudios históricos del trabajo femenino en Chile*. Centro de Estudios de la Mujer.
- Todaro, R; y Yañez, S (Eds.). (2004). *El trabajo se transforma: relaciones de producción y relaciones de género*. CEM.
- Valdivia Ortiz de Zárate, V. (2018). Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista. *Revista Tempo e Argumento*, 10(23), 167-203. <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018167>.
- Winn, P. (2004). *Tejedores de la Revolución: los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Lom Ediciones.
- Winn, P. (Ed). (2004). *Victims of the Chilean Miracle: Workers and Neoliberalism in the Pinochet Era, 1973–2002*. Duke University Press.